

# TJMG

I N F O R M A T I V O

Publicação da Secretaria do Tribunal  
de Justiça do Estado de Minas Gerais

**BH - OUTUBRO - 2011**  
**ANO 17 - NÚMERO 165**

Interior  
Inauguração do novo fórum  
de Pouso Alegre  
Página 7



Renata Caldeira

## Um dia dedicado a Minas

A autonomia, a independência nas ações políticas e a vocação para o diálogo foram algumas das características mineiras destacadas pelo presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, em seu discurso no Dia de Minas Gerais. O magistrado foi escolhido pelo governador Antonio Anastasia para ser o orador oficial do evento, comemorado em 16 de julho. Durante as festividades pelo Estado e pelos 315 anos da cidade de Mariana, primeira capital mineira, foram agraciados com a Medalha do Dia do Estado de Minas Gerais os desembargadores do TJMG Albergaria Costa, Wander Marotta e Joaquim Herculano Rodrigues.

Encarte especial

# Um Estado que olha para o futuro

A vocação dos mineiros para o diálogo e para provocar discussões relevantes no cenário brasileiro deu o tom do discurso do presidente Cláudio Costa nas comemorações pelo Dia de Minas. Orador oficial do evento por indicação do governador Antonio Anastasia, o presidente do TJMG aproveitou a oportunidade para ressaltar o caráter sempre aguerido dos mineiros.

Em 16 de julho, na cidade de Mariana, primeira capital do Estado, Cláudio Costa exaltou a história de Minas Gerais, marcada pela coragem de seus atos e pela sabedoria de sua experiência política. O discurso comemorativo, porém, não apenas destacou o passado glorioso, mas mostrou a importância de olhar para a frente, para o futuro.

O desembargador aproveitou a reunião de autoridades e de mineiros orgulhosos por sua história para de-

fender uma reforma tributária que garanta a justa distribuição da arrecadação para os Estados. Cláudio Costa lembrou que, nesse momento de debate tão importante, Minas não se calará diante da necessidade de uma reflexão crítica sobre a submissão financeira dos Estados à União.

No encarte desta edição do *TJMG Informativo*, os leitores poderão conferir que, mais do que defender mudanças, a fala do presidente, em Mariana, mostrou que o Judiciário mineiro não está alheio à realidade de que o cerca. Antes, está atento ao cenário nacional, com seus problemas e complexidades.

O convite feito pelo governador Antonio Anastasia para que Cláudio Costa fosse o orador oficial da cerimônia honrou o Judiciário mineiro e o seu presidente. Serviu para mostrar a harmonia entre os poderes, no Estado, comprometidos com uma

ação conjunta – ainda que independente e autônoma – em prol do bem-estar de seus cidadãos.

Nesta edição, confira ainda a reportagem sobre as novas instalações do Fórum Orvieto Butti, em Pouso Alegre, no Sul de Minas. O edifício, inaugurado pelo presidente Cláudio Costa em 15 de setembro, tem capacidade para abrigar até 15 varas. Na página 8, outra matéria mostra como foi a audiência solene de instalação de mais uma vara cível – a 5ª – em Poços de Caldas, também no Sul de Minas.

O jornal traz ainda reportagem sobre a entrega, em 12 de setembro, em Diamantina, da Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. Quatro magistrados do TJMG, um assessor jurídico e um ajudante de ordens da Presidência foram agraciados.

Boa leitura!

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Presidente:**

Desembargador Cláudio Costa

**1º Vice-Presidente:**

Desembargador Carreira Machado

**2º Vice-Presidente:**

Desembargador Herculano Rodrigues

**3º Vice-Presidente:**

Desembargadora Márcia Milanez

**Corregedor-Geral:**

Desembargador Alvim Soares

## EXPEDIENTE

**Secretário Especial da Presidência:** Luiz

Carlos Elói; **Assessora de Comunicação**

**Institucional:** Valéria Valle Vianna;

**Gerente de Imprensa:** Wilson Menezes;

**Coordenadora de Imprensa:** Letícia Lima;

**Editoras:** Francis Rose; Patrícia Mellilo;

**Design Gráfico:** Narla Prudêncio;

**Fotolito e Impressão:** Formato Artes

Gráficas

## Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro, Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: [ascom@tjmg.jus.br](mailto:ascom@tjmg.jus.br)

**Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:**

(31) 3299-4622

**Ascom Fórum BH:** (31) 3330-2123

**Tiragem:** 3 mil exemplares

**Portal TJMG:** [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)

## Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail [informativo.ascom@tjmg.jus.br](mailto:informativo.ascom@tjmg.jus.br).

## Sexta Câmara Criminal tem novo integrante

O juiz Jaubert Carneiro Jaques tomou posse como desembargador do TJMG no dia 2 de setembro. A cerimônia de posse foi conduzida pelo 1º vice-presidente, desembargador Carreira Machado. O novo desembargador, que é natural de Januária, no Norte de Minas, vai atuar na 6ª Câmara Criminal.



Renata Caldeira

# Presidente do TJMG fala em defesa dos mineiros

Renata Caldera



Em 16 de julho deste ano, o presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, foi o orador oficial do Dia de Minas Gerais, comemorado em Mariana, na região central do Estado. A indicação do nome de Cláudio Costa foi feita pelo governador Antonio Anastasia. Neste encarte do *TJMG Informativo*, o magistrado aborda a história das festividades da Semana de Minas. A publicação traz ainda as fotos do evento e a íntegra do discurso do presidente. Em sua fala às autoridades e ao público presente em Mariana, Cláudio Costa defendeu a reforma tributária e ressaltou a importância da participação do Estado na luta por um sistema tributário que privilegie a justa distribuição da arrecadação.

# Dia do Estado de Minas Gerais

Desembargador Cláudio Costa

Em 16 de Julho de 1696 foi inaugurada a cidade de Mariana, primeira Capital do Estado de Minas Gerais, pelo Bandeirante Salvador Furtado de Mendonça.

O professor Roque José de Oliveira Camêllo, em julho de 1977, durante a sessão comemorativa do 281º aniversário de Mariana na Casa de Cultura de Mariana, lançou a idéia de se instituir o 16 de Julho como data cívica estadual, como Dia do Estado de Minas Gerais, moção que recebeu o irrestrito apoio do então presidente da Casa, historiador Waldemar de Moura Santos, das Autoridades Municipais e da comunidade.

O Governador Francelino Pereira, em 19 de outubro de 1979, sancionou a Lei nº 7.561, insti-

tuindo o “Dia do Estado de Minas Gerais”, comemorado anualmente na data de 16 de julho, oportunidade em que o Poder Público promove reuniões e solenidades cívicas realçando as tradições socioculturais de Minas Gerais.

A Constituição do Estado, em seu art. 256 e parágrafos, ratificou como data cívica o Dia do Estado de Minas Gerais, acrescentando que a semana em que recair o dia 16 de julho constitui período de celebração cívica em todo o território mineiro, sob a denominação de Semana de Minas, quando a Capital do Estado é transferida simbolicamente para Mariana.

Comemoramos o dia de Minas Gerais. O que vai de história nessa celebração só faz realçar o âni-

mo vigoroso com que os mineiros sempre se conduziram.

Minas Gerais é a expressão do entendimento, da concórdia, da conformidade, da consonância. Há, nisso, muito de cultura do intelecto e de exercício de intuição; crescer no espaço do diálogo, dominado pelo “grave senso de ordem, que é o sinal mesmo do gênio mineiro”, na imorredoura lição de João Pinheiro.

Foi motivo de honra o convite que me foi feito pelo Exmo. Sr. Governador, Dr. Antonio Augusto Junho Anastasia, para ser o orador oficial nesse dia tão importante para nosso Estado, demonstrando a cordial e respeitosa relação que o Poder Executivo mantém com o Poder Judiciário.

Renata Caldeira



O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, cumprimenta o governador Antonio Anastasia e demais autoridades presentes no evento

# Discurso do Presidente

## Senhoras e Senhores,

Na frase de Renan, “os verdadeiros homens do progresso são aqueles que adotam como ponto de partida um profundo respeito pelo passado, pois tudo quanto fazemos e o que somos é a meta de um trabalho secular”.

Na data de hoje comemoramos o dia de Minas Gerais. O que vai de história nesta celebração só faz realçar o ânimo vigoroso, com que os mineiros sempre se conduziram.

O passado, de que proviemos, somado ao tempo presente, em que perseveramos na ação construtora e organizadora de nossa vida social e política, descerra a nova meta de um trabalho três vezes secular.

Quando, em 16 de julho de 1696, o Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça fincou seus pés nas margens do ribeirão, a que se deu o nome de Carmo, ali nascia a civilização das Minas Gerais.

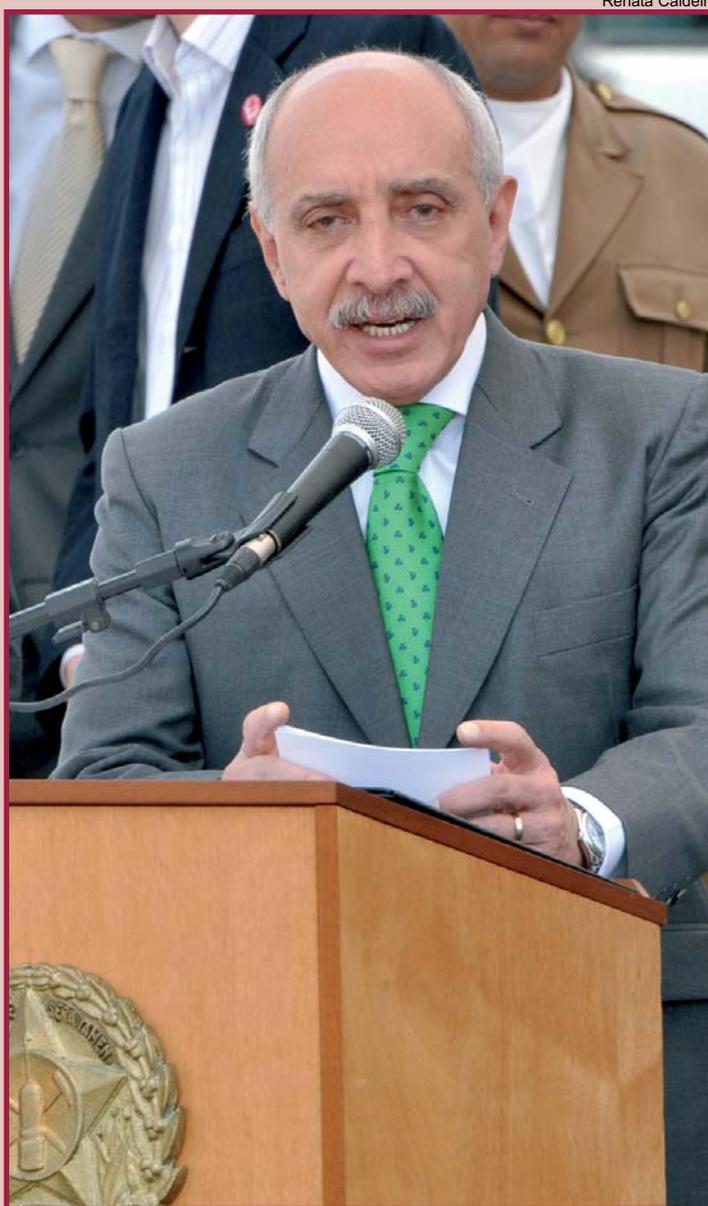
No mesmo dia, o Padre Canjica, de nome Francisco Gonçalves Lopes, erigiu o primeiro altar da terra mineira, para sementeira do cristiniano.

No Bandeirante, o ímpeto indômito; no Padre, a consciência reflexiva. De ambos, o tipo de gente mineira: coragem e prudência, sonho e sobriedade.

Com a igreja veio a cultura intelectual, e com ela a ilustração política. Semeava-se a consciência da liberdade.

Eis, aqui, resumidamente, mais traços de nossa psicologia coletiva, a saber: a religião cristã, o preparo intelectual e o talento político.

Daí adveio a ponderação da reflexão política mineira, sóbria e intromorata. Ela resulta de uma meta de trabalhos seculares.



Renata Caldeira

■ O presidente Cláudio Costa foi o orador oficial das comemorações

Minas Gerais é, por isso mesmo, a expressão do entendimento, da concórdia, da conformidade, da consonância. Há, nisso, muito de cultura do intelecto e de exercício de intuição.

O exercício da intuição permite-lhe a antevisão do futuro; a cultura do intelecto abre-lhe o caminho.

Esse é o largo chão, em que o diálogo vem pervagando, por largo tempo, a “meta de um trabalho secular”, fio a fio entretecida.

O uso da razão dialógica é hábito antigo nestas montanhas. Nada mais é do que a antiga conversa na praça pública. É ela que provoca o exercício do senso comum, de que resulta o tom de equilíbrio das nossas práticas políticas.

Há um toque paradigmático no discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, filho ilustre da terra mineira, quando dos debates do Ato Adicional, em 1834, em que combateu excessos federalistas de seus pares, mas, também, não descurou do equilíbrio da autonomia das províncias.

No calor dos debates de então, ele disse que houvera época em que o governo geral recomendava ao provincial que abolisse uma escola de primeiras letras, para estabelecer uma de grego, com o que “queria fazer dos brasileiros gregos, a fim de não se poderem entender”.

Nessa invectiva, de pitoresca censura, nessa impressiva crítica, permeava a subliminar convicção de que nas Minas Gerais sempre prevalecera o entendimento, a concórdia, o diálogo, por isso que a escola de língua grega era de ser refutada, despachada de torna viagem.

Digo tudo isso no só propósito de realçar aspectos de relação dialética entre a União Federal e o nosso Estado,

(continua na próxima página)

de modo a deixar claro que a nossa história, a nossa meta secular, preserva a nossa autonomia, exalça a independência de nossas ações políticas e, ao mesmo tempo, nos incita ao diálogo, no acidentado percurso de construção e de organização nacionais.

Tenhamos os olhos fitos na lição de Hermes Lima:

“O encargo político de pensar o país, de constituir-lo, de organizá-lo insere-se com vigor crescente na liderança da União. A característica mais saliente de nossa vida federativa é que ela evoluiu para colocar a União como fonte planificadora da vida nacional. Os Estados viverão e executarão esse plano nas suas características locais”.

Ora, o que devemos destacar, em tal afirmativa, é o trecho que ressalta o fato de que os Estados executam o plano nacional, nas suas características locais, vale dizer, a cor local é que dá viço à ação planificadora do país.

Isso implica dizer que o desenvolvimento dos estados federados se insere, necessariamente, na ampla relação dialética que decorre da planificação nacional e é justamente tal inserção que justifica, dá nome e vida à União Federal.

É de ver que essa tarefa unissonante sempre reclamou e há de requerer sempre a presença de Minas Gerais, do seu pensamento, da lição de seu exemplo, da coragem de seus atos e da sabedoria de sua longa experiência política.

Para que os Estados possam viver e executar o plano político nacional, “nas suas características

locais”, é necessário um sistema tributário de que decorra justa distribuição da arrecadação.

Impõe-se uma reflexão crítica sobre se a submissão financeira dos entes federados perante a União é salutar, ou não, ao país e se ela impede que as características locais, estaduais, possam executar o plano nacional de desenvolvimento político, econômico e social e, assim, promover uniformidade no progresso.

O Brasil clama por reforma tributária. Este é o meu ponto. É tudo quanto aqui venho dizer. A ocasião é própria. Minas Gerais tem história de insurreição contra a injusta tributação e ilegítima distribuição de arrecadação. Falo da Inconfidência Mineira, acontecida neste chão e neste céu.

Um chamado à reflexão, no dia do aniversário das Minas Gerais, poderia parecer paradoxo, mas não o é. Orações, em datas que tais, devem discutir a realidade, mesmo se adversa. Isso é como que preito de fidelidade que esta terra merece de seus filhos.

Assim, o que a princípio poderia parecer contrassenso há de sobressair como gesto de lealdade. Lealdade à “meta de um trabalho secular”.

Fique registrado o convite à reflexão. Ele é a minha mensagem. Ela é curta. Saberá crescer no espaço do diálogo, dominado pelo “grave senso de ordem, que é o sinal mesmo do gênio mineiro”, na imorredoura lição de João Pinheiro.

Senhoras, Senhores,

Muito me honrou o convite para falar neste dia. Procurei fazê-lo com franqueza, por isso que toquei em tema que a mim me pareceu importante para Minas Gerais e seu povo.

A União Federal tornou-se quase que completamente a detentora de recursos tributários do país. Isso não é justo. Isso arrosta a natureza da organização federativa e pede cisma (cismar é hábito mineiro), de modo que o país possa ser administrado com a amplitude de visão que o povo espera de seus Estadistas.

Os publicistas ensinam que onde não existe visão de governo, não existe a sua legitimidade. Nosso governador é jurista. Sabe do que falo. Minas Gerais confia na sua prudência, no seu descortino. Nossas lideranças políticas são o que há de melhor do país. Legitimidade, pois, não é problema nosso.

Se é voz comum, na comunidade jurídica nacional, a necessidade de uma reforma tributária, os homens políticos de Minas Gerais hão de ser sensíveis a tão justo reclamo, porque isso significa tornar comuns as nossas responsabilidades para alçá-las à glória de conduzir os anseios do povo.

Tudo se resolve politicamente. “Males políticos se abrandam, se evitam ou se corrigem por meios políticos”, professava Hermes Lima.

Minas Gerais tem na sua expressão política “a meta de um trabalho secular”, a bem dizer, três vezes secular.

Que, ao influxo de tamanha significação política e responsabilidade histórica, dê o passo decisivo, com sua coragem indômita, consciência reflexiva e grave senso de ordem.

Assim, ela será fiel a si própria, sempre a cumprir “a meta de um trabalho secular”.

Não, não de um trabalho secular, mas de um trabalho três vezes secular.

Dito.

Renata Caldeira



Após o discurso, o presidente Cláudio Costa recebe os cumprimentos de personalidades agraciadas com a medalha do Dia do Estado de Minas Gerais



Marcelo Albert

■ O juiz Paulo Angélico, o assessor Milton Reis e o presidente do TJMG, Cláudio Costa, descerraram a placa comemorativa da inauguração do Fórum Orvieto Butti

## Presidente do TJ inaugura novo fórum de Pouso Alegre

Manuela Ribeiro

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, inaugurou, em 15 de setembro, as novas instalações do Fórum Orvieto Butti, em Pouso Alegre, no Sul de Minas. O edifício de seis andares possui projeto arquitetônico de linhas contemporâneas e alto padrão de acabamento. O prédio segue os parâmetros de sustentabilidade e acessibilidade e tem capacidade para abrigar até 15 varas.

A solenidade contou com a presença do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Marcos Alvim Soares; do desembargador Delmival de Almeida Campos; do diretor do Foro da comarca, juiz Paulo Duarte Lopes Angélico; e do assessor Milton Vita Reis, representando o governador Antonio Anastasia. Outras autoridades também compareceram ao evento.

“A Casa da Justiça é um espaço coletivo perpassado por valores como a lei, o direito, a civilidade. Nos fóruns se rende justiça e se estabelece a paz. Esses são lugares em que fulgura a razão dialogal, que afirma a supremacia da deliberação pública, por meio das sentenças dos juízes, dos pareceres do Ministério Público e dos arazoados dos advogados”, declarou o desembargador Cláudio Costa em seu pronunciamento.

O diretor do Foro de Pouso Alegre, Paulo Angélico, ressaltou que a história da comarca se confunde com os primórdios do Judiciário local. O magistrado lembrou a atuação de juízes em prol do desenvolvimento do município e agradeceu ao desembargador Cláudio Costa

“por sua sensibilidade aos apelos da comunidade forense e da sociedade em geral”.

### Construção do futuro

O presidente citou o escritor francês André Malraux, para quem o legado cultural é submetido ao homem e lhe permite, observando o passado, recriar o seu destino. “Os fóruns do presente são como uma recriação da antiguidade. A prática da distribuição da justiça nos espaços públicos tem fonte romana, civilização da qual somos herdeiros diretos”, declarou.

O juiz Paulo Angélico disse acreditar que o fórum representa mais um importante mecanismo para trazer conforto e comodidade para aqueles que buscam soluções para controvérsias e se comprometem com a sublime missão de julgar. “Tenho certeza de que essa realização diminuirá a distância entre os operadores do direito e os jurisdicionados”, acrescentou.

As edificações, de acordo com o presidente, contribuem para instituir a autoridade do juiz e se revestem de grande densidade simbólica. Para o desembargador Cláudio Costa, a inauguração marca “o triunfo da vontade e das lutas de muitos” e testemunha que a justiça vem sendo praticada. “Existe diálogo e democracia em Mi-

nas. Aqui, neste espaço coletivo, se descerram os meios materiais para que esta comarca possa avançar”, afirmou.

O crescimento do número de demandas e a pressão sobre a Justiça foram outros temas abordados pelo presidente em seu discurso. Ele observou que entre os percalços enfrentados pelos julgadores

estão as críticas feitas à concessão de recursos financeiros para o Judiciário. “A noção de que é possível avançar sem investimento é um mito. A solução para a chamada crise institucional no Brasil não reside na razão instrumental, que tende a se tornar totalitária, mas na razão dialogal, na qual os poderes buscam avançar juntos”, concluiu.

**A Casa da Justiça é um espaço coletivo perpassado por valores como a lei, o direito, a civilidade”**



Marcelo Albert

■ O edifício, que tem seis andares, possui projeto arquitetônico de linhas contemporâneas e capacidade para abrigar até 15 varas

# Magistrados e servidores recebem a Medalha JK

Quatro magistrados do Tribunal de Justiça, os desembargadores Dídimo Inocêncio de Paula, Fernando Caldeira Brant, Herbert José de Almeida Carneiro e Luiz Audebert Delage Filho receberam, em 12 de setembro, em Diamantina, a Medalha Presidente Juscelino Kubitschek. Além deles, o assessor jurídico Lakowsky Dolga e o ajudante de ordens da Presidência do TJ, capitão PM Wanderson Garcia Costa Neves, foram agraciados com a medalha. Todos foram condecorados com a Medalha de Honra. O ministro João Octavio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), recebeu a Grande Medalha. Na oportunidade, o 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Carreira Machado, representou o presidente da instituição, desembargador Cláudio Costa. O evento é realizado anualmente no dia do aniversário do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, que nasceu na cidade em 1902.



Renata Caldeira

■ Lakowsky Dolga, Fernando Caldeira Brant, Carreira Machado, Audebert Delage, Herbert Carneiro e Dídimo Inocêncio

## INTERIOR

# Tribunal instala mais uma vara em Poços de Caldas

Manuela Ribeiro

Desde 16 de setembro, a comarca de Poços de Caldas, no Sul de Minas, dispõe de uma estrutura maior para atender à população. A audiência solene para instalação da 5ª Vara Cível foi presidida pelo desembargador Antônio Sérvulo dos Santos, representante do presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa. O evento contou também com a presença do corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Marcos Alvim Soares.

O desembargador Antônio Sérvulo, que foi juiz na comarca, manifestou sua satisfação por partilhar o momento e declarou que, embora as saudades continuassem, não era possível ir a Poços de Caldas com a frequência que desejaria. Ele afirmou que sentia grande orgulho pela especial oportunidade que lhe fora concedida pelo presi-

dente Cláudio Costa de representá-lo na audiência solene. O magistrado elogiou a equipe do fórum, o Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça. “Todos vêm procurando atender à demanda crescente e sanar problemas, apesar da sobrecarga de trabalho”, considerou, agradecendo ainda aos promotores, aos defensores públicos, às autoridades civis e militares e a todos os presentes.

O diretor do Foro, juiz Carlos Alberto Pereira da Silva, destacou que o acréscimo de uma vara e a modificação da competência da Vara de Família para 4ª Vara Cível representam um verdadeiro desafio e maior agilidade aos processos que ali tramitam. O aumento do número de juízes e serventuários vai trazer mais dinamismo à prestação jurisdicional. “Sou grato aos colegas e aos serven-

tuários da Justiça, que, com grande sacrifício pessoal, mantêm a regularidade do serviço forense”, concluiu.



Marcelo Albert

■ O juiz Carlos Alberto e o desembargador Antônio Sérvulo instalam a 5ª Vara Cível em Poços de Caldas